Críticas levam Câmara a barrar ajuda de 32 mil

Para evitar o escândalo de os parlamentares ganharem em fevereiro R$ 32 mil, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), decidiu que não vai autorizar o pagamento das ajudas de custo, no valor de R$ 16 mil, que os deputados teriam direito pela convocação extraordinária no período de 3 a 15 de fevereiro.

Pelo decreto legislativo fixando em R$ 8 mil os subsídios dos parlamentares aprovado esta semana, ficou estabelecido que deputados e senadores recebem um salário integral no início e no fim de cada convocação extraordinária. Como o mesmo decreto diz que no início de cada ano legislativo os parlamentares têm direito também a um salário integral, além do normal, os políticos receberiam em fevereiro quatro salários: R$ 32 mil, o bastante para a compra de uma pick-up Mitsubishi importada, por exemplo.

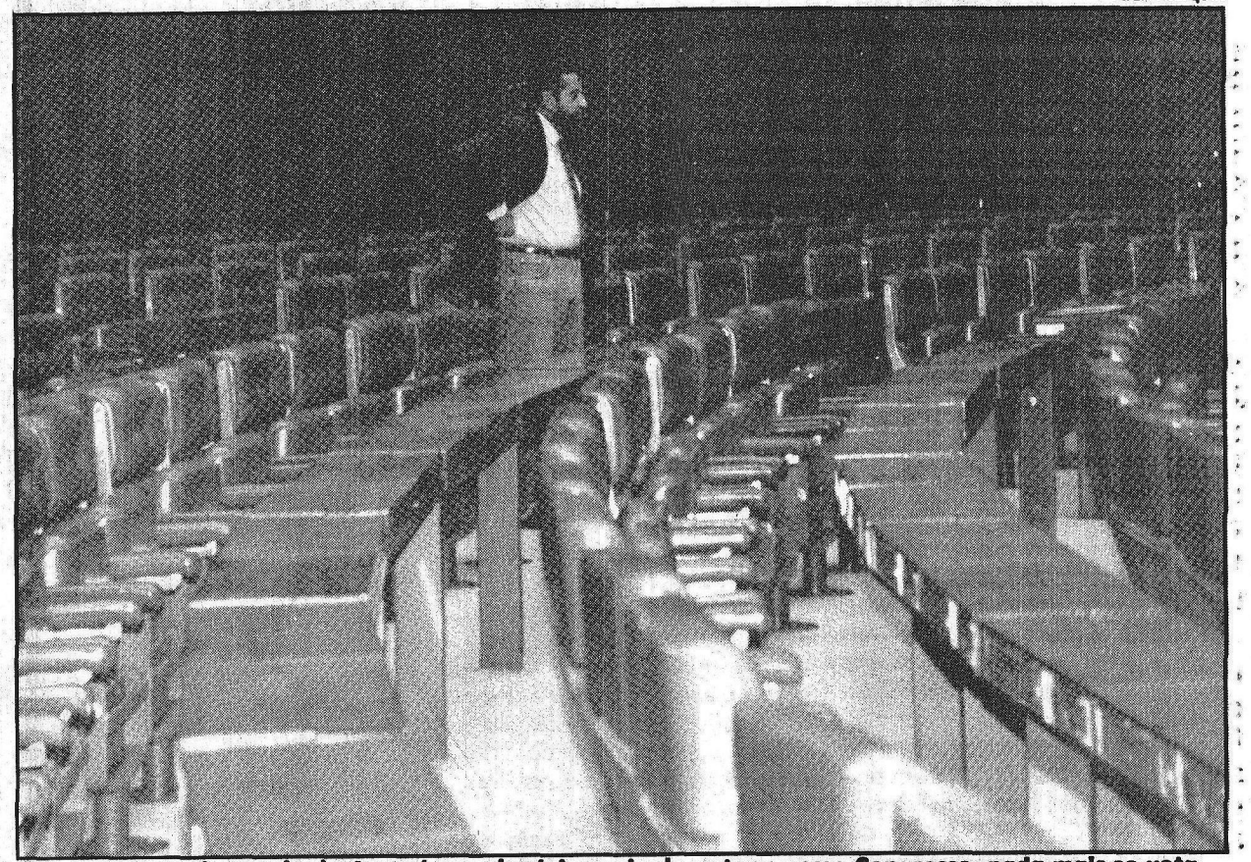
Inocêncio avalia que não há necessidade de pagar a convocação porque, segundo ele, a ajuda de custo paga nessas ocasiões destina-se a pagamento da locomoção dos parlamentares para Brasília. ''Não há necessidade dessa ajuda extra porque os parlamentares terão de estar mesmo em Brasília, no dia da posse, em 1º de fevereiro, e no dia 15, quando se inicia o ano Legislativo'', explicou Inocêncio. Como até 2 de fevereiro Inocêncio ainda será o presidente da Câmara, ele tem essa prerrogativa de cancelar o benefício. O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), concordou com a idéia de Inocêncio. Os parlamentares estão convocados automaticamente porque existem 25 medidas provisórias vencendo entre 3 e 15 de fevereiro.

Sem comentário — O presidente da Câmara não quis comentar as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso, que considerou ''um escândalo'' o decreto fixando o aumento dos parlamentares, que criou esses 13, 14 e 15 salários. ''Não comento porque não quero confrontar os presidentes dos dois poderes'', afirmou.

Antes do decreto, o valor da ajuda de custo paga nas convocações extraordinárias correspondia a 55% do valor do salário. Agora, é integral. Esse foi um dos substerfúgios do decreto para que, no final das contas, o salário pudesse ser superior a R$ 8 mil por mês. O pleito inicial era de que os subsídios dos parlamentares fosse o de R$ 10 mil ou R$ 11 mil.

''Eu preferia que o salário tivesse sido definido logo em R$ 10 mil. Esses subterfúgios não são a forma mais transparente de se fazer as coisas'', afirmou o líder do PMDB na Câmara, Tarcísio Delgado (MG). Ele disse que acha pouco o salário de R$ 8 mil para parlamentares. E lembrou que o valor líquido do vencimento é, na verdade, de R$ 5.200 — o correspondente, portanto, a 52 salários mínimos de R$ 100 que o Presidente já anunciou que vai vetar.

Alan Marques



Gilvan Borges, deputado do Amapá, no plenário vazio de ontem: nesse Congresso, nada mais se vota